



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 10 | Nº. 18 | Jan./Jun. de 2018

Josenildo de J. Pereira

*Professor Associado I do
Departamento de História e membro
permanente do Programa de Pós-
Graduação em História da UFMA*

josenildo@ufma.br

AS REFORMAS DO TRABALHO NO BRASIL IMPÉRIO: ideias, ecos e vozes da província do Maranhão na década de 1880.

RESUMO

Neste artigo, sob a perspectiva do materialismo histórico, se desenvolve uma análise acerca de ideias e proposições relativas a escravidão no Brasil com vistas a sua reformulação. O objetivo é compreender os seus sentidos analisando a dimensão ideológica das mesmas tendo por cenário a Província do Maranhão, na década de 1880, tempo no qual, o trabalho escravo foi abolido, no Império brasileiro.

Palavras-chave: Reformas. Trabalho Escravo. Brasil. Maranhão. Década de 1880.

ABSTRACT

This article, under the perspective of historical materialism, develops an analysis about ideas and propositions concerning the slave labor in Brazil aiming at its reformulation. The objective is to understand its meanings analysing its ideological dimension in the Province of Maranhão, in the 1880s, when the slave labor was abolished during the Brazilian Empire.

Keywords: Reforms. Slave Labor. Brazil. Maranhão. The 1880s.

Introdução ¹

As “Américas”, em sua totalidade e, em seu contexto, o Brasil com as suas mudanças quanto as formas de organização político-administrativas: feitorias, capitanias e Estados são uma invenção do colonialismo moderno levado a efeito por agentes públicos e particulares das monarquias de Portugal, Espanha, Inglaterra e França. A respeito deste, e tendo a experiência brasileira como objeto de análise, Caio Prado Jr. sublinhou que,

[...] A colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos”. ²

Por isso, a estrutura produtiva das colônias funcionava baseada na lógica de que as mesmas deviam gerar riquezas para as suas metrópoles. Para tanto, as suas atividades econômicas principais foram o *extrativismo mineral* (ouro e prata), a *agricultura mercantil* de artigos primários para a exportação (arroz, cana-de-açúcar, algodão), viabilizada pelo exclusivismo metropolitano.³ A relação social de produção fundamental foi a *escravidão moderna* sustentada à base da força de trabalho de diferentes povos do continente africano tornados escravos e, depois, comercializados por meio do tráfico internacional.⁴

Assim, o Brasil escravista, até a década de oitenta do século XIX foi um território cuja dinâmica societária esteve permeada por contradições socioeconômicas, jurídicas e étnico-culturais. Estas ofereciam múltiplas possibilidades às mais diversas formas de conflitos entre os seus sujeitos fundamentais – os proprietários de escravos e os escravos, ressalvadas as

¹ Este artigo é um fragmento da parte II: a imprensa periódica e a decadência da agricultura mercantil no Maranhão, de minha tese de doutorado – *As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*, defendida no Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo/USP em 2007.

² PRADO JUNIOR, Caio. *A formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Brasiliense, 1942. p. 310.

³ NOVAES, Fernando Antonio. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema colonial*. São Paulo: brasiliense. 1975.

⁴ CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave: a census*. EUA: University of Wisconsin Press. 1972.

diferenças entre o campo e a cidade quanto às condições, ao tempo e ao ritmo de trabalho de homens e de mulheres escravizadas.⁵

A gênese da formação histórica do Maranhão está inserida nesse contexto a partir da expansão do império colonial português, na América, no século XVII.⁶ Por isso, a sua estrutura socioeconômica ficou baseada na *agricultura mercantil de exportação* (arroz, algodão, açúcar) sob a forma de ciclos definidos de fora para dentro, e no *trabalho escravo*. A articulação destes transformou a paisagem natural dos vales dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré, Pericumã e da faixa litorânea banhada pelas águas do oceano Atlântico com a instalação de fazendas de algodão e arroz e, depois, engenhos de cana-de-açúcar.⁷ Do mesmo modo, também, influíram na composição social da população dado o fluxo de africanos para o Maranhão por meio do tráfico internacional de escravos.⁸

Os escravos tinham, na estrutura e dinâmica das sociedades coloniais modernas múltiplos significados. Da perspectiva daqueles que viviam da exploração de sua força de eles eram a um só tempo – *mercadorias, trabalho vivo e símbolos de prestígio e poder*.⁹ Mas, por outro lado, eles eram o sinônimo do *medo e do pânico* de seus proprietários, particularmente, nas áreas de grandes lavouras de produtos para exportação devido aos modos como lutavam por sua liberdade.¹⁰

Nas Américas, o Império do Brasil foi o último estado a abolir, em termos legais, o trabalho escravo ou, em outras palavras, a fazer reformas no âmbito das relações de trabalho no século XIX.¹¹ No imaginário brasileiro, tal processo ficou conhecido como *abolição da escravatura*. Enquanto tal, durante muito tempo, tal “evento” ficou revestido por uma aura moral e, de certo modo, como tendo sido um

⁵ ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.

⁶ DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1775-1778)*. Pará: UFPA, 1970.

⁷ PEREIRA, Josenildo de J. *Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as formas de resistência escrava no Maranhão oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

⁸ BARROSO Jr, Reinaldo dos Santos. *Nas rotas do Atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Bahia, Salvador, 2009.

⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *OS SEGREDOS INTERNOS: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550 - 1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁰ REIS, João José & GOMES, Flavio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹¹ GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871 – 1888)*. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

gesto humanitário e levado a cabo por mentes iluminadas, à época, porque compreenderam que a escravidão era um atraso e que, por isso mesmo, entorpeceria o progresso do país.¹²

No longo prazo, cento e trinta anos (130) depois, se verifica que não foi bem assim, pois, as precárias condições materiais e simbólicas de vida da maioria da população brasileira de corpo negro/preto falam por si. Ao longo do século XX, com o propósito de superar tal situação, diversas formas de luta foram articuladas.¹³ E, na mesma perspectiva, a despeito de sua efetividade, “as políticas de ações afirmativas” no século XXI.

A partir da historicidade da província do Maranhão da segunda metade do século XIX, discuto acerca da lógica de ideias e argumentos relativos a reforma do trabalho escravo. Compreendo que as possibilidades quanto ao futuro da vida de sujeitos constituintes de experiências e dinâmicas históricas são múltiplas e o seu perfil não decorre de nenhuma força extra-humana. Nesse sentido, referendo a tese já defendida em outro lugar que, a contemporaneidade das condições de vida da população brasileira de corpo negro/preto está articulada às temporalidades do debate e do encaminhamento acerca dos termos da reforma do trabalho no Brasil no século XIX.¹⁴

A Província do Maranhão após 1850: nuances do cenário

A indexação da economia maranhense ao mercado internacional criou a instabilidade como uma de suas características porque a duração e o valor de seus produtos exportáveis dependiam da demanda do mercado externo. No século XIX, os ricos comerciantes, isto é, os donos do “capital-mercantil escravista” é que financiavam a agricultura por meio de empréstimos, a prazo, aos proprietários rurais para que comprassem escravos, os equipamentos e as ferramentas. Estes, por sua vez, hipotecavam os seus bens: fazendas, engenhos e escravos como garantias

¹² PEREIRA, Josenildo de J. *As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, 2007.

¹³ DOMINGUES, Petrônio. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

¹⁴ PEREIRA, Josenildo de J. O Ethos escravista e as armadilhas da emancipação escrava no Brasil: nuances da experiência do Maranhão. In: CURY, Claudia E., GALVES, Marcelo C., FARIA, Regina Helena M. (Orgs). *O Império do Brasil: educação, imprensa e confrontos sócio-políticos*. São Luís: Café & Lápis; Editora da UEMA, 2015.

para a remuneração desse capital. Essa operação, durante algum tempo, sustentou a agricultura mercantil de exportação.

Na década de 1840, um novo produto de exportação se destacou na economia maranhense: o açúcar, dada a concorrência sofrida pelo algodão no mercado internacional. A gestão de Joaquim Franco de Sá foi, na presidência da província, de suma relevância para a lavoura de cana-de-açúcar. Por ser de família de proprietários rurais era convicto de que a riqueza só se realizava por meio da agricultura mercantil de exportação. Por isso, ele tomou algumas medidas para estimular a produção de cana-de-açúcar. Entre elas, a criação da rubrica – *Obras Públicas*, na lei orçamentária, para abrir estradas e construir pontes para dinamizar as vias de comunicação necessárias ao incremento da lavoura; a sobretaxa ao açúcar produzido em outras províncias para manter o preço do açúcar maranhense em alta; a distribuição gratuita de cana Caiena para lavradores e o pedido de 30 contos de réis ao Ministério do interior para premiar lavradores que produzissem mais de 1000 arrobas de açúcar.¹⁵

Os amigos do referido presidente, por sua “consciência de classe” e por entenderem o jornalismo periódico como um canal de debate capaz de influenciar a opinião pública a respeito de temas de seus interesses fundaram o jornal *O Progresso*.¹⁶ Por meio dele defendiam a “*indústria do açúcar*” como a nova fonte de riqueza e de prosperidade da província em decorrência da “*situação deplorável e mesquinha do comércio do algodão*”; do fato de que “*em parte alguma a cana era tão produtiva como no Maranhão*” e o “*consumo de açúcar ser superior à sua produção*”. Por isso, “*grandes capitais empregados nesse ramo de riqueza traria em resultado grandes interesses*”.¹⁷

O efeito dessa expectativa foi a instalação de engenhos pelas comarcas de Alcântara, Guimarães, Viana e nos vales dos rios Pindaré, Mearim e Grajaú. A montagem dos engenhos de açúcar exigiu que uns se desfizessem de fazendas de gado e outros recorressem à poupança em ouro amodado oculto no fundo de

¹⁵ VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão. (1612 – 1895), volume 2, reedição similar, São Luís: Associação Comercial do Maranhão/LITHOGRAF, 1992. p. 203.

¹⁶ Esse jornal foi fundado em 1847 e redigido por Fabio Reis, Theófilo de Carvalho, Pedro Leal e Antônio Rego. Era um jornal político, literário e comercial. Foi a primeira folha diária da Província. *Jornais Maranhenses (1821 – 1979)*, São Luís: FUNC/MA, 1981.

¹⁷ Jornal *O PROGRESSO*, 17/06/1847. Apud VIVEIROS, J. de. op. cit. p. 204

velhas arcas.¹⁸ O símbolo de riqueza dos novos proprietários rurais passou a ser “*chaminés mais altas do que pau d’arco*”. Por volta de 1860, essa região contava com 410 engenhos, dos quais, 284 eram movidos à máquina a vapor e à força hidráulica e 136 de tração animal. Nesse contexto, o vale do Pindaré se destacava com os seus 98 engenhos, seguido por Guimarães, na baixada.¹⁹ O que se verificou foi, apenas, o deslocamento do algodão para o açúcar como a base de produção da riqueza.

Os senhores de engenho de açúcar, sustentados por uma larga escravaria, desfrutavam a vida numa vasta e confortável casa-grande de onde, de modo quase onipotente, administravam os trabalhadores: escravos e livres envolvidos no fabrico de açúcar. A riqueza possibilitou aos seus filhos estudarem na Europa e, desse modo, adquirir uma “visão social de mundo” baseada em aspectos da cultura burguesa europeia, uma vez que sua educação se processava num contexto de mudanças tecnológicas traduzidas na industrialização, na dinâmica de meios de transportes com os “trilhos do progresso” e na urbanização cuja vitrine era Paris. Assim, alguns deles por compreender que a fortuna gerada pelo açúcar lhes garantiu “civilizarem-se” na Europa, ao voltarem à terra natal preferiram o engenho a empregos públicos tornando-se fazendeiros letrados exibindo em seus “*velhos armários de sucupira*” autores como Herculano e Camilo, Alexandre Dumas e Balsac, coleções de Escrich, Macedo e Alencar, Jornais da Corte e de São Luís.²⁰

Entre os proprietários rurais “letrados”, destacaram-se João Antônio Coqueiro, senhor do engenho Castelo, Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela Faculdade de Paris e Doutor pela Universidade de Bruxelas; Carlos Fernando Ribeiro (Barão de Grajaú), dono da Fazenda Girijó, Médico, Bacharel em Direito e Agronomia; Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, proprietário do engenho Lincoln, Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra; Joaquim Antônio Viana, proprietário do engenho Pindaíba e formado em Engenharia Hidráulica na Holanda; Eduardo de Araújo Trindade, dono da fazenda Aracanga e que estudou na Suíça; Pedro Nunes Leal, lavrador no Mearim e no Pindaré, Bacharel em Direito na Universidade de Coimbra; José Francisco de Viveiros, proprietário do engenho Tramaúba, bacharelou-se em Direito na escola

¹⁸ VIVEIROS, J. de. Op. cit. p. 205.

¹⁹ VIVEIROS, J. de. Op. cit. p. 206.

²⁰ Id. Ibid. p. 207.

de Recife; Trajano Galvão e Dias Carneiro, formados em Direito; Jerônimo de Viveiros, proprietários do engenho Kados, e médico formado em Lisboa.

Na província do Maranhão, a partir deste e do antigo segmento da classe proprietária de terras e de escravos foram formuladas as críticas, as ideias e os projetos relativos a escravidão e à reforma do trabalho escravo, embora tenham se dividido em emancipacionistas e abolicionistas.

Nos períodos recessivos ou de retração de preço e de consumo dos produtos exportáveis no mercado internacional, a agricultura mercantil de exportação se mantinha em decorrência do capital acumulado por meio da exploração da força de trabalho escrava, uma vez que a reprodução desta não exigia custos financeiros para além do objetivado na compra de escravos. Desse modo, os proprietários de terras e de escravos podiam pagar as suas dívidas. Até 1850, isso foi possível. Mas, o fim do tráfico internacional de escravos decorrente do reordenamento do capitalismo, no mundo ocidental, a partir da Inglaterra, acarretou forte impacto às economias coloniais ao impor mudanças em seu modo de produzir a riqueza, até então, assentado no trabalho escravo.

Na conjuntura criada pelo fim do tráfico internacional de escravos, os conceitos de desenvolvimento e progresso foram elaborados de acordo com o que se processava na Europa. No que diz respeito à agricultura não haveria alternativa à província a não ser a sua integração ao ritmo e à cadência das relações de produção capitalista consolidadas, pois “*nem com o imoral tráfico da África podiam contar, o escravo custava caro, e as terras, os transportes, os salários e os alimentos, tudo quadruplicou de preço*” Alguns acreditavam que por meio da propaganda em jornais a “*revolução agrícola*” completaria o seu curso fazendo desaparecer o facho e o machado substituídos pelo uso arado e do estrume compensando os sacrifícios feitos pelos lavradores de cana-de-açúcar.²¹

A escravidão, experimentada como uma necessidade e um valor, era a linha de horizonte a partir da qual, sobretudo, os antigos produtores de algodão liam e compreendiam o seu mundo. Por isso tinham dificuldades em lidar com a perspectiva de sua extinção. Mas, o fim do tráfico internacional de escravos, a concorrência estrangeira e a retração de preços do algodão e do açúcar no

²¹ LEAL, A. Henriques. “Apontamentos estatísticos da Província do Maranhão”. Apud. VIVEIROS, J. de. Op. cit. p. 206.

mercado externo agravaram a agricultura mercantil maranhense. Em tal conjuntura, a noção de uma decadência econômica era o diagnóstico geral. Acrescente-se a esse quadro, as fugas, os quilombos, as insurreições escravas e as influências do movimento abolicionista desencadeado na Corte.

Em vista disso, a necessidade de compreender e superar o que estava acontecendo era um imperativo. Para os grandes proprietários de terras e de escravos com os seus intelectuais se tratava da decadência da agricultura mercantil de exportação. Na historiografia local deste tema encontram-se autores que corroboram com este diagnóstico²² e outros que o relativizam.²³

No artigo *A agricultura e a escola agrícola do Cutim*, o autor sublinhava que a lavoura estava agonizante sob uma “*questão de vida e de morte*”, pois “*as fazendas próximas da capital, e localizadas às margens dos rios apresentavam péssimos resultados e, por isso, reduzidas à medonhas taperas; e, também, não teriam exportado tão crescido número dos únicos braços que tinham para a lavoura*”.²⁴ Para ele, uma das causas era o trabalho escravo devido ao seu limite tecnológico e de produtividade, pois, “*um feitor preto com algum cuidado e armado de bom chicote é quanto nos basta*”. Para solucionar o problema, ele sugeria que os proprietários rurais imitassem os “*povos cultos do mundo*” mais adiantados em agricultura por meio do uso do arado e diversificação da produção de gêneros agrícola, pois o desprezo do arado era apresentarem-se como “*verdadeiros botocudos*”.²⁵

Os dados da tabela abaixo são indícios da situação de crise na agricultura mercantil escravista de exportação.

²² CABRAL, Maria do Socorro C. *Política e Educação no Maranhão (1834 – 1889)*. São Luís: SIOGE, 1984. MESQUITA, Francisco de Assis Leal. *Vida e Morte da economia algodoeira no Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão (1850 – 1880)*. São Luís: Editora da UFMA, 1987; RIBEIRO, Jalila A. J. *A desagregação do Sistema escravista no Maranhão: 1850-1888*, São Luís: SECMA/SIOGE, 1989.

²³ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Ideologia da decadência: uma leitura antropológica da história da agricultura no Maranhão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008. FARIA, Regina Helena Martins de. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos a liberdade*. São Luís: EDUFMA, 2012.

²⁴ O MATUTO, A agricultura e a escola agrícola do Cutim. *O PAIZ*, São Luís, 05 de novembro de 1864. Coluna Publicações Gerais, p. 2.

²⁵ Id. *Ibid.*

Tabela 01 - Anúncios de vendas de fazendas e de glebas de terras: 1856 – 1884

Ano	Local	Tamanho	Benfeitorias
1856	Coroatá	2.112 hec.	
1875	Coroatá	6.461 hec.	45 escravos, gado vacum, utensílios de lavoura e máquina de descaroçar algodão.
1879	Coroatá	600 hec.	Acessórios agrícolas, máquina a vapor.
1856	Codó	1.800 hec.	
1875	Codó	1.600 hec.	Engenhos e prensa de algodão
1875	Codó	1.800 hec.	Casa de vivienda, senzala, serra para algodão, prensa
1864	Itapecuru	1.379 hec.	
1864	Itapecuru	581 hec.	
1884	Itapecuru	1.346 hec.	Animais, casas novas, escravos.
1875	Pirapemas	2.119 hec.	
1865	Rosário	123 hec.	
1866	Rosário	3.600 hec.	Casa de vivienda, fornos, utensílios para o fabrico de algodão.
1878	Alcântara		Casa de moradia, de forno, acessórios para fazer farinha.
1866	Cururupú		Acessórios para lavoura.
1875	Mearim	1.800 hec.	
1876	Mearim	1.800 hec.	Casa de vivenda, acessórios para a lavoura de algodão, forno e rancho.
1877	Mearim	825 hec.	Casa de vivenda, máquina para algodão, forno, etc
1878	Mearim		Acessórios movidos a vapor.
1857	Alto-mearim	5.400 hec.	Casas, boi de carro, pomar.
1875	Alto Mearim	1.800 hec.	Casa de vivenda, de máquinas, carros, bois de serviços, escravos.
1882	Alto Mearim	9.000 hec.	Gados, capoeiras de algodão, instrumentos para a lavoura.

1876	Pindaré	218 hec.	
1876	Pindaré	7.200 hec.	

Fonte: Mesquita, Francisco de Assis Leal. op. cit. p. 104

Nesse contexto, a exportação de escravos para lavouras de café na região centro-sul do Brasil foi a solução de proprietários rurais para reorganizarem as suas finanças. Entre os anos de 1874 e 1884 foram exportados da província 4.157 trabalhadores escravos numa média de 416 escravos por ano.²⁶ A respeito da “decadência da lavoura” um deputado provincial sublinhou que ela provinha “principalmente da exportação de escravos, porquanto, alimentada como é agricultura exclusivamente por braços escravos”.²⁷

Conforme Mesquita sublinhou:

...os fazendeiros estavam à beira da falência, os comerciantes, maiores financiadores da lavoura, nos principais centros urbanos não tinham perspectivas onde aplicar seus capitais. Muitos recebiam pedaços de terra como pagamentos dos empréstimos não pagos; alguns poucos chegaram a comprar glebas de terras, para se lançarem no cultivo de subsistência ou de produtos mais rentáveis, ou até mesmo numa perspectiva de reserva de valor”.²⁸

Em relação aos proprietários rurais algumas medidas foram tomadas. Dentre as quais, a fundação do *Jornal da Lavoura* em 1875; a criação do *Banco Hipotecário e Comercial*, em 1877; a *Associação Comercial*, em 1878; e a fundação da *Companhia Progresso Agrícola*, em 1880. Estes, são alguns indícios bastante expressivos da “consciência de classe” de ricos comerciantes e de proprietários rurais em meio àquela situação de crise em que se encontrava a agricultura mercantil, escravista e de exportação. A Associação Comercial poderia agregar força na perspectiva de garantir a sobrevivência dos segmentos de classe por ela representados. O Banco, por sua vez, como instituição financeira poderia capitalizar proprietários rurais para que se recuperassem e pagassem as suas dívidas.

²⁶ MAIA José da Silva. *RELATÓRIO apresentado pelo Vice-presidente da província à Assembleia Legislativa do Maranhão*. 01 de junho de 1869. Códices: APEM, São Luís: MA.

²⁷ Apud. RIBEIRO, Jalila Ayob Jorge. op. cit. p. 92.

²⁸ MESQUITA, Francisco de Assis Leal. op. cit. p. 105.

Na década de 1880, a crise da agricultura mercantil de exportação recrudescceu exigindo reflexões acerca do melhor modo para resolvê-la, pois o volume de produção de açúcar e algodão diminuía a cada ano na proporção de 50% e 60%, tal como indicam os dados relativos aos anos de 1887 e 1888.

Tabela 02: volume da produção de algodão e açúcar

Mês/Ano	1887		1888	
	Açúcar	Algodão	Açúcar	Algodão
Julho	1.418 sacos	2.469 sacas	1.225 sacos	1. 274 sacas
Agosto	6.529 sacos	1.416 sacas	3.421 sacos	1. 517 sacas
Setembro	19.925 sacos	1.945 sacas	10.393 sacos	764 sacas
Outubro	33. 866 sacos	3.120 sacas	16.071 sacos	2. 228 sacas
Total	61.738 sacos	8.950 sacas	31.110 sacos	5. 228 sacas

Fonte: Mesquita, Francisco de Assis Leal. op. cit. 1987

O trabalho escravo foi, em linhas gerais, apresentado como a causa principal daquele estado de “decadência” e, por isso, alvo de críticas, sobretudo, de cunho moral apresentada por meio de jornais de circulação diária como O jornal *Diário do Maranhão*, *O Paiz* e *o Pacotilha*. Os seus proponentes se apresentavam ao público leitor como se estivessem de posse de um “*discurso competente*” revestido de legitimidade científica sob a fórmula de um saber-poder constituído segundo a lógica de que “*não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância*”.²⁹ A variação dos termos se devia ao contexto da escrita.

O *Diário do Maranhão* e *O Paiz* foram jornais fundados na conjuntura do fim do tráfico internacional de escravos e, na qual, a agricultura mercantil e escravista principiava a sua “decadência”. O Jornal *Pacotilha* foi fundado em 1880, tempo do Movimento Abolicionista e da urbanização no sudeste do império brasileiro.³⁰ Os seus articulistas se apresentavam como a vanguarda da

²⁹ CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, 7ª ed., São Paulo: Cortez, 1997. p. 07.

³⁰ SODRÉ, N. Werneck. *Panorama do Segundo Império*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Grafia Editorial, 2004.

“modernidade” do Maranhão por defenderem o trabalho livre, a urbanização e fábricas como pressupostos do progresso.

Para alguns, a escravidão era uma “*secular instituição que tanto entorpeceu o país*”³¹; um “*cancro maldito*”.³² O jornalista Themístocles Aranha, um crítico daqueles que queriam o fim imediato da escravatura, a qualificava como “um funesto erro, uma planta venenosa que cresceu no solo da pátria, e precisava ser extirpada pelas raízes, enfim uma mancha no pavilhão nacional”.³³

Para outros, a escravidão era um “sono inglório” e a liberdade um “tesouro imenso”.³⁴ Para Benedito Leite, o trabalho escravo era condenável porque significava o “embrutecimento da inteligência, condição necessária da escravidão e causa infalível da ausência da arte, isto é, do progresso do trabalho”. Além do mais, era prejudicial aos proprietários, pois, “o escravo não trabalhando para si perdia o gosto e a vontade, elementos poderosos da produção, levando-os a poupar-se ao trabalho o mais que pudesse perdendo-se assim parte de sua atividade”.³⁵ Por isso, a escravidão representava

o estágio da infância que tanto nos envergonha em face da civilização do século, que *tem* obstado a que marchemos na conquista do vellocino de ouro da igualdade humana há tantos séculos sonhada pelo homem do calvário”.³⁶

Os protagonistas do jornal Pacotilha, o qual se apresentava como abolicionista e republicano criticavam a escravidão, mas, na mesma medida, ideias e os valores dela decorrentes. Nessa perspectiva publicaram o artigo: *O mal dos moços*. Os moços eram filhos dos antigos plantadores de algodão. Naquela conjuntura, os articulistas desse jornal advertiam: “Não bastava que cada moço se encerrasse estritamente na concha de sua profissão e limitasse sua atividade a arrazoar nos seus clientes, a matar os seus doentes, a despachar os seus papéis etc!” Era preciso empurrar “o carroção do Estado na direção do seu destino social,

³¹ O programa do ministério 10 de março, *DIÁRIO DO MARANHÃO*, São Luís, 04 de abril de 1888. p. 2.

³² Elemento servil, *O PAIZ*, São Luís, 20 de fevereiro de 1885. Coluna Publicações Gerais, p. 2

³³ ARANHA, Themístocles. Discurso na inauguração na segunda exposição do açúcar e do algodão no dia 21 de fevereiro de 1885. *O PAIZ*, São Luís, 22 de fevereiro de 1885. Coluna Publicações Gerais. p.3.

³⁴ A liberdade. *PACOTILHA*, São Luís, 11 de junho de 1881. Coluna Publicações a pedido, p.2.

³⁵ LEITE, Benedito Pereira, Discurso na cidade do Brejo, por ocasião da entrega de cartas de liberdade a vinte cinco escravos pelo Juiz de órfãos. *PACOTILHA*, São Luís, 09 de junho de 1883. Coluna Publicações a pedido, p. 2.

³⁶ O Ceara Livre. *PACOTILHA*, São Luís, 02 de abril de 1884. Editorial, p. 1.

sobre o trilho da ordem, montando a estrada, dando azeite ao sistema governativo, defendendo o precioso carro da hipérbole com a pena, com a língua ou com a espada contra salteadores noturnos e contra os inimigos famintos”.³⁷

Mas, vale perguntar - Qual era o destino social do Estado? A qual ordem se referia e qual era o carro da hipérbole? Quem eram os salteadores noturnos e os inimigos famintos? Enfim, o que significavam, em conjunto, todas essas alegorias naquele contexto?

Ao se considerar que o Positivismo era o aporte teórico do autor do artigo e que os articulistas desse periódico queriam “colaborar” na superação da “crise geral”, se supõe que o destino social por ele defendido era a sociedade do trabalho livre. A ordem era a permanência de relações de dominação organizada em outras bases a partir da abolição do trabalho escravo: o carro da hipérbole, o qual devia ser conduzido sob o controle dos protagonistas do progresso, isto é: “os moços”, ao invés de os “salteadores noturnos” e “inimigos famintos”, ou seja, os escravos com as suas formas de lutas: fugas, quilombos e insurreições. No conjunto, essas “alegorias”, eram os fios da estratégia de persuasão desenvolvida pelos articulistas do jornal na perspectiva de contribuírem na recomposição das relações de dominação em face da quebra entre a racionalidade ideológica escravista e a sua base social e política.

Esta forma de analisar como as novas gerações deveriam se comportar em relação às condições histórico-sociais “criadas” pela “decadência” da agricultura mercantil de exportação, eles incitavam as novas gerações a se envolverem na luta pela abolição do trabalho escravo, uma vez que a mesma poderia ser feita pelos escravos ou aqueles que se sentiam mais “envergonhados” com a sua vigência no país. Na dissimulação de tais objetivos, se utilizaram de argumentos das teorias recém-chegadas ao Brasil. Entre elas, o positivismo e o evolucionismo.³⁸

Os articulistas do jornal *Pacotilha* se diferenciavam dos demais na crítica à escravatura por apresentarem, de seu ponto de vista, argumentos com uma “base científica”, portanto, autorizados e válidos. Nesse sentido, se inseriam no debate apontando a abolição da escravidão como a “*grande luz*”, o “*destino social*” e um dos “*instrumentos pacíficos da felicidade futura*” sob o trilho da “*ordem*”. Por isso,

³⁷ O Mal dos Moços, *PACOTILHA*, São Luís, 08 de janeiro de 1883. Coluna Variedades, p. 2

³⁸ SKIDMORE, Thomaz E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

[...]Os moços, deviam cantar a “Marselhesa” e não os terços; andar sempre para adiante, alegremente, ruidosamente, e não aos recuos, para a traseira do século, de olhos no chão, mudos, tímidos, tremendo; ler Comte e Victor Hugo, os sábios e os poetas, e não o Apóstolo ou as “Horas Marianas”; dar pontapés no erro e na rotina, despir a hipocrisia em praça pública e, depois de nua, prender-lhe guizos ao pescoço e entregá-la aos garotos; amar a pátria, a liberdade, o porvir.

³⁹

Na perspectiva de persuadir a geração jovem das classes dominantes quanto à necessidade de mudança de mentalidade como o critério para a readaptação às novas condições históricas que se desenhavam, eles se apoiaram na metáfora - “O mocinho de óculos”. Este era filho de um conservador ou liberal eminente com as seguintes características – “ar sisudo, barba fina cortada com suíças e pai alcaide”, “cujas ideias são idênticas às do senhor seu pai”.⁴⁰

Não é demais lembrar que os articuladores deste discurso tinham a sua visão de mundo urdida na dinâmica da própria escravidão. Por isso, era pouco provável que propusessem medidas que implicassem no fim das classes dominantes. Com o propósito de influenciarem no processo de readaptação das classes dominantes às novas condições históricas que se estabeleciam pela pressão dos escravos, do abolicionismo e da expansão do capitalismo industrial, publicaram as reflexões de Lincoln (Pseudônimo) a respeito da escravidão e do escravo na formação econômica do Brasil.

Lincoln, baseando-se na “Sociologia Positiva”, considerava a escravidão “um elemento de atraso” que deixava o Brasil com status de “vergonhosa exceção em todo o mundo moderno” porque “a escravidão era uma nefanda instituição servil condenada em última instância pela consciência universal da humanidade porque tudo degrada e inutiliza. É o fato mais imoral que a história pode registrar”.⁴¹

Para ele, no passado, a escravidão foi o único meio de tornar possível a colonização da América, e o africano, na condição de escravo, o seu agricultor devido a impossibilidade da escravidão indígena e adaptabilidade do africano ao clima quente da América e não ser estranho à escravatura, uma vez que a mesma era vivida na África e determinada por guerras intertribais. O colonizador (o

³⁹ O Mal dos Moços, *PACOTILHA*, São Luís, 08 de janeiro de 1883. Coluna Variedades, p. 2.

⁴⁰ Id. Ibid.

⁴¹ LINCOLN, Os portugueses e o abolicionismo, carta ao Dr. Raymundo Venâncio Rodrigues Capella, cônsul de Portugal nesta província, *PACOTILHA*, São Luís, 24 de fevereiro de 1885. Coluna Publicações a pedidos, p. 2.

européu), em contato com os africanos, percebeu que naquelas regiões tórridas, cujo clima era o mais das vezes mortal para os europeus, a raça negra se mantinha sem dificuldades refratárias às enfermidades que atacavam e dizimavam a raça branca. Dessa observação, deduziu que poderia se utilizar dos africanos para o desbravamento do território da América. Por sua vez, a constituição do tráfico de escravos se deveu ao fato de terem as hordas selvagens africanas, em constantes lutas intestinas, renunciado à antropofagia e passado a vender os prisioneiros feitos na guerra como meio muito mais lucrativo. Lincoln, convicto de sua “compreensão científica” sublinhou:

É, portanto, fora de dúvida que uma legítima razão natural induziu o europeu a utilizar-se do negro na qualidade de agricultor, razão que a experiência científica confirma; mas, também, o que não sofre contestação, é que à sombra deste fato natural puderam abrir livre campo a avidez e a extorsão. Pois, o tráfico de negros se tornou em empresa lucrativa que permitia aos aventureiros saciarem todas as paixões que a cobiça nele ateava, indo aos mercados da África comprar por preço vão e quinquilharias escravos fazendo rápida fortuna. Além do mais, o africano ignorante não se contentava em vender o prisioneiro feito na guerra. Os seus filhos, suas mulheres eram vendidas ao homem branco, às vezes em troca de um pouco de aguardente.⁴²

Os articulistas do jornal *Pacotilha*, embora fossem contrários à permanência da escravidão por ser um “sistema econômico de produção que espíritos atrasados ainda procuravam conservar”, por meio dos argumentos de Lincoln compartilhavam da tese de que a introdução de africanos na América foi necessária como a única forma de fazê-la produzir. Pois, como Lincoln destacou,

Embora, moralmente a condenassem e considerassem aviltante para a dignidade da espécie humana não era dado proscrevê-la no passado, porque ela foi o único meio que ministrou a natureza de tornar possível a colonização da América, uma vez que o europeu lutando com as dificuldades de aclimação, com um temperamento propenso a ser vítima das enfermidades que as terras intertropicais geravam, nunca teria conseguido fazê-lo sem o socorro de uma raça inferior a ele nas manifestações intelectuais e morais, mas, infinitamente, superior na fácil adaptação ao meio.⁴³

A publicação destes argumentos demonstra que os articulistas do jornal *Pacotilha*, ainda que apresentassem este jornal como abolicionista e republicano não eram contrários à cultura escravista. Desse modo, se compreende que toda a

⁴² Id. Ibid.

⁴³ Id. Ibid.

argumentação contrária à permanência do trabalho escravo não tem outro significado a não ser o de proposição ideológica com o objetivo de ensinar, sobretudo, as classes dominantes, a conhecer e a agir naquela conjuntura de crise da agricultura mercantil. Nesse sentido, vale destacar que os mesmos introduziam no debate um novo elemento: o discurso racial. Afinal,

Era argumento por várias vezes repetidos pelos antropologistas a inferioridade da raça negra em relação à branca e mongólica, partindo do princípio de que a história não nos aponta um único caso de civilização criada pelo negro, chega-se à essa conclusão com vislumbres de verdadeira.⁴⁴

Com base nesta perspectiva, no contexto sociocultural da província do Maranhão ratificavam a tese de inferioridade do africano em relação ao europeu e, por extensão do “negro” em relação ao “branco”. Em outras palavras, portanto, que não havia razões para temores a respeito de futuras consequências advindas com a abolição do trabalho escravo porque o ex-escravo, por ser “negro” e de uma “raça inferior” teria de se submeter, por uma determinação natural, à dominação da “raça branca” como explicava a “ciência” à época, pois, a raça negra “dotada de uma grande vitalidade possuía uma enorme facilidade de assimilar-se às aptidões e indústrias das outras raças”.⁴⁵

No primeiro semestre de 1888, a Associação Comercial do Maranhão propôs um concurso público de monografias com a perspectiva de que algumas medidas fossem apresentadas para a substituição do trabalho escravo com o aproveitamento da mão-de-obra local. Concorreram entre si 21 trabalhos. Esses, após serem lidos pela comissão julgadora foram apresentados ao público, no dia 30 de junho de 1888, no salão nobre da Associação. Porém, não houve vencedor.

Muitos dos inscritos eram proprietários rurais, por isso a permanência da grande propriedade agrícola como base de produção da riqueza foi a proposta dominante. Entretanto, houve divergências quanto às relações de trabalho a serem implantadas, uma vez que uns defendiam a exploração da terra por meio do arrendamento, do aforamento ou do sistema de parceria utilizando-se da mão-de-obra imigrante; enquanto outros salientavam a utilização do trabalhador livre e pobre ou de ex-escravos. Outros ainda eram a favor da manutenção da grande

⁴⁴ Id. Ibid.

⁴⁵ Id. Ibid.

propriedade agrícola tal como existia e que o trabalho fosse feito por trabalhadores livres recebendo salários. Para outros, a industrialização, com a mão-de-obra assalariada era o paradigma a ser seguido, pois a fábrica era o símbolo de progresso. Contudo, o conjunto dessas propostas se assentava em princípios capitalistas de produção, pois concebiam o trabalho com a finalidade de produzir lucros, por isso a liberdade jurídica do trabalhador e a produtividade eram as ideias chaves do conceito de trabalho livre, em linhas gerais, compreendido como o “único elemento de vida das nações modernas”.⁴⁶

Nessa acepção, a substituição do trabalho servil pelo livre traria à província uma nova era que lhe assegurava um futuro feliz, porque o trabalho livre “*era muito mais produtivo do que o servil*”.⁴⁷ Em termos concretos, tratava-se de formulações ideológicas, uma vez que o trabalho livre era o pressuposto para a reprodução do capital por ser uma mercadoria, a qual no processo de produção de outras mercadorias gera a mais-valia apropriada pelo capitalista.⁴⁸

Colocado o problema da liberdade do trabalhador escravo, nesses termos se infere que as críticas à escravidão, no contexto da decadência da agricultura mercantil de exportação, ocultavam o processo de desagregação das classes hegemônicas. Do contrário, os proponentes da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, além de defenderem o fim da escravidão poderiam ter proposto o livre acesso dos trabalhadores à terra e a outras medidas na perspectiva de organizar uma sociedade na qual a exploração do trabalho não fosse o fundamento das relações de produção. No entanto, o que se verificava eram propostas com o objetivo de manter a propriedade privada da terra, a exploração econômica dos trabalhadores e a exclusão socioeconômica de libertos ao se referirem à imigração europeia como a solução do problema da falta de braços para a lavoura, pois para alguns o “*colono europeu era o horizonte e a liberdade que vos esperava*”.⁴⁹

Para Ceres, “a abolição da instituição escrava no Brasil marcaria uma data memorável ante os sentimentos nobilíssimos e também o dia em que o deu ele um

⁴⁶ KOCK, Paulo de. Elemento Servil, *PACOTILHA*, São Luís, 18 de novembro de 1884. Coluna Colaboração, p. 3

⁴⁷ CINCINNATUS L. Quintinus, A substituição do trabalho, *DIÁRIO DO MARANHÃO*, São Luís, 30 de maio de 1888, Secção Geral, p. 1.

⁴⁸ MARX, Karl. MARX, K. *O Capital - crítica da economia política*, liv. 1, vol. II, trad. Reginaldo Sant’ Anna, 15 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

⁴⁹ J. J. A liberdade, *PACOTILHA*, São Luís, 11 de junho de 1881. Coluna Publicações a Pedido, p.2.

passo gigantesco em frente de seus adiantamentos intelectuais e materiais de sua riqueza e do seu bem-estar.⁵⁰

Considerações Finais

Na segunda metade do século XIX, de fato, o trabalho escravo havia perdido o seu “sentido” uma vez que há muito vinha sendo desgastada pela luta dos escravos, mas, também, porque a própria economia baseada na monocultura de produtos primários para exportação como atividade complementar à economia europeia não reunia mais condições para se manter, pois, o capital industrial promovia uma revolução no processo de acumulação capitalista. Ainda que esta questão estivesse obscurecida para algum segmento das classes hegemônicas, haviam outros que a compreendiam com bastante clareza e, por isso, criticavam a escravidão defendendo o trabalho livre e a industrialização como referências de um novo paradigma econômico.

Na província do Maranhão, a despeito de ter sido compreendida como uma “loucura industrial”, essa experiência fabril já vinha sendo tentada desde a década de 1870 com a fundação de indústrias têxteis nas cidades de Caxias, Codó e São Luís.⁵¹

Nesse contexto, os protagonistas do jornal Pacotilha tiveram uma atuação excepcional. Não pelo teor de suas reflexões e proposições; mas, porque pautaram os termos ideológicos que orientaram a história para o futuro de gerações de segmentos das classes hegemônicas e dos libertados com a abolição formal do trabalho escravo. Afinal, se caracterizaram por um discurso que se reivindicava moderno apontando as soluções para a crise. Mas, no limite, defendiam o controle da história pelas classes hegemônicas, as quais só precisavam mudar de costumes e se adequarem aos novos paradigmas de progresso, isto é: o trabalho livre, a urbanização e as fábricas. Estes, uma vez que se afirmassem e permeados pelos fundamentos do discurso racial manteriam intactos os interesses das classes hegemônicas. Como sublinhou Williams “*a escravidão não nasceu do racismo: ao*

⁵⁰ CERES, A substituição do trabalho servil pelo livre. PACOTILHA. São Luís, 10 de maio de 1888. Coluna Publicações a pedido, p. 2

⁵¹ CALDEIRA, José de Ribamar. *Origens da indústria no sistema agroexportador maranhense (1875 – 1895)*. Estudo microsociológico da instalação de um parque fabril em região do nordeste brasileiro no final do XIX, 1988. Tese (Doutorado e, Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

*contrário, o racismo foi uma consequência da escravidão. O trabalho não livre no Novo mundo era moreno, branco, negro e amarelo; católico, protestante e pagão”.*⁵²

Josenildo de Jesus Pereira

Professor Associado I do Departamento de História e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão/UFMA.

⁵² WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*, Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975. p. 12.